



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto Estadual de Florestas

Núcleo de Apoio Regional de Lavras

Parecer nº 23/IEF/NAR LAVRAS/2021

PROCESSO Nº 2100.01.0036248/2020-49

## PARECER ÚNICO

## 1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: Mineração GMM LTDA – ME	CPF/CNPJ: 18.706.461/0001-40
Endereço: Rua Monte Alegre, 49, Sala 302	Bairro: Serra
Município: Belo Horizonte	UF: MG
Telefone: (35) 98842-1463	CEP: 30240-230
E-mail: mundyambiental@yahoo.com.br	

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

( ) Sim, ir para o item 3 ( x ) Não, ir para o item 2

## 2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome: Sílvia Helena da Silva Pereira	CPF/CNPJ: 113.146.318-88
Endereço: Sítio Recanto Alegre	Bairro: Zona Rural
Município: Três Corações	UF: MG
Telefone: (35) 98842-1463	CEP: 37410-000
E-mail: mundyambiental@yahoo.com.br	

## 3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: Sítio Recanto Alegre	Área Total (ha): 14,8725
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): 673	Município/UF: Três Corações/MG
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3169307-DCA4.5083.89BF.4EDF.BFEE.004C.C53E.3116	

## 4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP	0,0951	ha

## 5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP	0,0000	ha	-	-	-

## 6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
Mineração		0,0000

## 7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)
-	-	-	-

## 8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
-	-	-	-

## 1. HISTÓRICO

- Data da formalização: 03/09/2020.
- Data da vistoria: 18/11/2020.
- Data de solicitação de informações complementares: 20/11/2020.
- Data de solicitação de prorrogação de prazo por mais 60 dias: 11/01/2021.
- Data do recebimento de informações complementares: 16/03/2021.
- Data da emissão do parecer técnico: 22/03/2021.

## 2. OBJETIVO

É objeto deste parecer, analisar a solicitação para intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa em 0,0951 ha com a finalidade de mineração para extração

## 3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

## 3.1 Imóvel rural:

Propriedade rural, inserida no Bioma Mata Atlântica, com área escriturada de 14,8725 ha, denominada “Sítio Recanto Alegre”, situada sob as coordenadas planas UTM 7605600. Localizada no município de Três Corações/MG cujo número de módulos fiscais do município são 30 hectares. No ato da vistoria foi constatado que a propriedade possui topografia suave ondulada. Foi observado que possui sede no local. Possui área de cultura, pastagem e fragmentos de vegetação nativa. Conforme levantamentos a propriedade não possui nascentes. A “norte/noroeste” da propriedade possui o Rio do Peixe. A propriedade encontra-se com a inscrição do imóvel junto ao Cadastro Ambiental Rural – CAR apresentado.

Foi apresentado/declarado, conforme item 5 do requerimento padrão a modalidade de licença ambiental do empreendimento em relação à DN COPAM nº 217/17, que regulamentadora do licenciamento ambiental no Estado de Minas Gerais, sendo o empreendimento enquadrado na modalidade de LAS-RAS.

### 3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3169307-DCA4.5083.89BF.4EDF.BFEE.004C.C53E.3116

- Área total: 16,6569 ha

- Área de reserva legal: 3,0000 ha

- Área de preservação permanente: 1,9296 ha

- Área de uso antrópico consolidado: 11,1168 ha

- Qual a situação da área de reserva legal:

( x ) A área está preservada: ~1,8301 ha

( ) A área está em recuperação:

( x ) A área deverá ser recuperada: 1,1699 ha

- Formalização da reserva legal:

( ) Proposta no CAR ( x ) Averbada ( ) Aprovada e não averbada

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

( x ) Dentro do próprio imóvel ( ) Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

( ) Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal (conforme CAR): 3 fragmentos. Fragmento 1- 1,5498 ha; Fragmento 2- 1,2544 ha e Fragmento 3- 0,2058 ha.

A propriedade encontra-se com a inscrição do imóvel junto ao Cadastro Ambiental Rural – CAR, sob o registro de número MG- MG-3169307-DCA4.5083.89BF.4EDF.BFEE.004C.C53E.3116.

O CAR declarado é composto por matrícula única nº 673, folha 73, livro 2-B, CRI Três Corações/MG.

Foi verificado na matrícula apresentada que a propriedade possui reserva legal averbada a nível de registro de imóvel conforme AV.11-673-03/agosto/1994, com área de reserva legal de 3,0000 ha, matricula com data de 15 de setembro de 1976.

A reserva legal declarada consta com área de 3,0000 ha, porém sua localização não está conforme croqui e Termo de Responsabilidade de Preservação de Florestas - T 26854570) anexados ao processo. A área de reserva legal do imóvel declarada no CAR atende o percentual mínimo de 20%, com cômputo da APP no percentual.

### 4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

A propriedade está localizada em Três Corações/MG, e conforme dados do Inventário Florestal de Minas Gerais, o município possui 10,48% de sua cobertura com vegetação nativa.

Com base na Infraestrutura de Dados Espaciais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IDE-Sisema) foi observado que a propriedade está inserida na Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos (UPGRH) a GD 4, sendo a vulnerabilidade natural classificada de muito baixa.

Conforme requerimento do interessado que requer a intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP em 0,0951 ha, finalidade de mineração para extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil e após vistoria “*in loco*” e análise do processo constatou-se que a propriedade encontra-se na bacia hidrográfica do Rio Grande, a margem esquerda do Rio do Peixe, sobre um relevo suave ondulado.

#### Taxa de Expediente:

- Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP – Valor recolhido = R\$571,59, data pagamento 30/07/2020.

#### Taxa florestal:

- Não se aplica.

#### 4.1 Das eventuais restrições ambientais:

- Vulnerabilidade Natural – Muito Baixa.

- Área Prioritária para Conservação (ZEE) – Baixa.

- Área Prioritária para Conservação (Biodiversitas) – Não.

- Reserva da Biosfera – Não.

- Unidade de conservação ou zona de amortecimento – Não.

- Áreas de uso restrito – Não.

#### 4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- Atividades desenvolvidas: -
- Atividades a serem desenvolvidas: A-03-01-8 - Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil.
- Atividades a serem licenciadas: -.
- Classe do empreendimento: -.
- Critério locacional: -.
- Modalidade de licenciamento: LAS-RAS.

#### 4.3 Vistoria realizada:

A vistoria foi realizada dia 18/11/2020, acompanhado pelo procurador o Sr. Lúcio Maciel Belo.

##### 4.3.1 Características físicas:

- Relevo: suave ondulado.
- Solo: Latossolo vermelho. Fonte: PUP.
- Hidrografia: Rio do Peixe.

##### 4.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: Propriedade localizada no Bioma Mata Atlântica, composta por área de cultura, pastagem e fragmentos de vegetação nativa da fitofisionomia Floresta Est
- Fauna: Conforme PUP apresentado, os “estudos de fauna foram citações de literatura para região e a partir de informações prestadas por moradores da região” de foi

#### 4.4 Alternativa técnica e locacional:

As justificativas apresentadas para alternativa técnica e locacional nos estudos foram:

“O desenvolvimento da atividade minerária, a utilização de áreas de preservação permanente para passagem da tubulação de sucção de polpa e retorno dos afluentes g

As áreas de preservação a serem utilizadas pelo empreendedor são aquelas estritamente necessárias para se desenvolver a atividade minerária no local;

Foram propostas medidas de mitigação e compensação ambiental pela ocupação;

A areia e o cascalho são materiais essenciais e indispensáveis à melhoria das condições de vida da população, sendo principalmente utilizadas nas construções de mor

Não é possível desenvolver a atividade de extração de areia em leito de rio sem tal intervenção.

Pelos aspetos acima abordados mesmo a atividade em questão estando amparada pela legislação vigente, justificamos a falta de alternativa locacional para a implantaç

Porém, conforme relatado no item 3.2 desse parecer foi verificado que a propriedade possui reserva legal averbada a nível de registro de imóvel conforme AV.11-673-4

## 5. ANÁLISE TÉCNICA

A propriedade “Sítio Recanto Alegre” está situada na bacia hidrográfica do Rio Grande, microbacia do Rio do Peixe, sobre um relevo a suave ondulado.

Foi apresentado/declarado, conforme item 5 do requerimento padrão a modalidade de licença ambiental do empreendimento em relação à DN COPAM nº 217/17, que

A atividade minerária pretendida será exercida pela empresa Mineração GMM Ltda ME, dentro da poligonal constante no processo ANM nº 830.449/2018.

Junto a Agência Nacional de Mineração (ANM) o requerente é detentor dos direitos minerários em situação de “requerimento de licenciamento” sob processo número

Em relação à intervenção ambiental em APP, será para “instalação de tubulação de sucção de polpa (água + areia) e instalação de tubulação de retorno do afluente gere

O requerente também apresentou proposta de compensação ambiental para recuperação de uma área total de 0,1268 ha, em gleba única situada sob as coordenadas pla

Porém, após análise documental do processo foi verificado a existência de reserva legal averbada conforme AV.11-673-03/agosto/1994, com área de 3,0000 ha. Foi sol

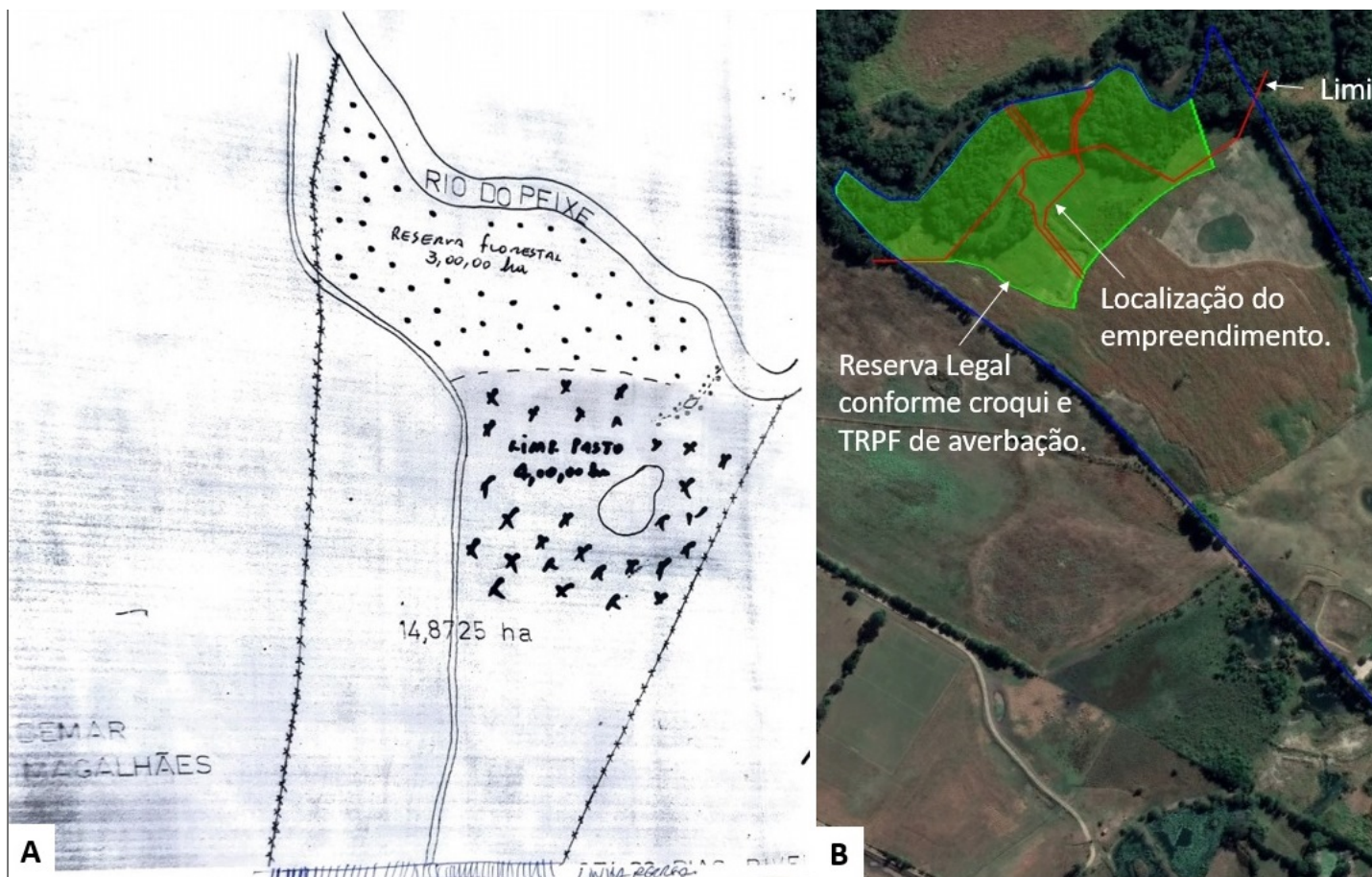


Figura 1 – A) Croqui da averbação da reserva legal conforme AV.11-673-03/agosto/1994, com área de 3,0000 ha. B) Localização do empreendimento em relação às res demonstrando que tubulações de sucção e retorno, pátio de operação e parte da estrada de acesso, totalmente inseridos em área de reserva legal.

Foi apresentado estudo de inexistência de alternativa técnica locacional alegando que “trata-se de intervenção mínima e necessária ao funcionamento do empreendimento tais intervenções não haverá necessidade de supressão de vegetação nativa”, porém não sendo tratado a questão da reserva legal, que torna a instalação do empreendimento tal situação.

O estudo de inexistência de alternativa técnica locacional e projeto técnico de reconstituição da flora (PTRF) são de responsabilidade técnica de Amarildo Rogério de 25607/D, ART nº 14202000000006139046. Levantamento topográfico e memorial descritivo é de responsabilidade técnica de Edson Carlos de Mira Guimarães, CFT BR202006915777.

#### 5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Não se aplica.

### 6. CONTROLE PROCESSUAL

#### Relatório

Foi requerida por Mineração GMM LTDA – ME, inscrito no CNPJ sob o nº 18.706.461/0001-40, a autorização para intervenção em área considerada de preservação por vegetação nativa, para fins de extração mineral, junto à propriedade denominada “Sítio Recanto Alegre”, localizada no Município e Comarca de Três Corações/MG, naquela Comarca sob o nº 673.

Verificou-se a inscrição da propriedade no SICAR.

Foi observada a quitação da taxa referente análise de intervenção ambiental.

O empreendedor possui processo junto à ANM nº 830.449/2018.

Empreendimento passível de Licença Ambiental Simplificada – LAS/RAS.

Presente título de propriedade e autorização do proprietário da área para Extração Mineral.

É o relatório, passo à análise.

#### Análise

Este controle processual foi realizado pela DRCP da Supram Sul de Minas, em apoio ao IEF, nos termos do art. 66 do Decreto Estadual 47.042/16 e Memorando SEM que são atos a serem praticados de mera execução material, medidas de suporte realizadas por técnicos e gestores ambientais pertencentes à mesma carreira disciplinada 15.461/2015, não se alterando a competência do IEF para a decisão estabelecida no Decreto Estadual n. 47.344/18.

Pois bem.

O Analista Ambiental vistoriante verificou que a propriedade possui reserva legal averbada a nível de registro de imóvel conforme AV.11-673-03/agosto/1994, com anexo ao processo o respectivo croqui e TRPF (documento SEI nº 26854570) da averbação, com possível localização da reserva legal no local da intervenção e não

possíveis soluções no estudo de alternativa técnica e locacional.

Foi solicitado ao requerente comprovação da localização da Reserva Legal, sendo apresentado croqui e TRPF (documento SEI nº 26854570). Assim foi detectado que pleiteada encontra-se totalmente inserida em área de reserva legal, conforme imagem constante no item 5 deste parecer.

Dessa forma, em processos de intervenção ambiental, casos os estudos ambientais não tragam ou omitam informações que dizem respeito à identificação dos impactos do ambiente, à definição de ações e meios para mitigação e compensação, não resta, senão ao órgão ambiental, negar a autorização.

Portanto, a documentação e os estudos juntados ao processo ora em análise são inadequados e insuficientes para fundamentarem e instruírem a pretensão requerida.

Quanto à competência para análise, o Decreto Estadual nº 47.344/2018, que dispõe sobre a reestruturação do IEF, em seu art. 42, II, preceitua que a competência para intervenção ambiental de empreendimentos não passíveis de licenciamento ambiental e passíveis de licenciamento ambiental simplificado, é das Unidades Regionais do URFBio do IEF, e o seu Parágrafo Único confere competência autorizativa ao Supervisor Regional, conforme dispositivos transcritos a seguir:

*Art. 42 – As Unidades Regionais de Florestas e Biodiversidade – URFBio – têm como competência, no âmbito da respectiva área de abrangência, planejar, supervisionar atividades relativas à política florestal e de biodiversidade do Estado, à preservação da flora e da fauna, ao desenvolvimento sustentável da pesca e dos recursos naturais diretrizes emanadas pelas diretorias do IEF, com atribuições de:*

*I – ...*

*II – coordenar a análise de requerimentos de autorização para intervenção ambiental de empreendimentos não passíveis de licenciamento ambiental e passíveis de licenciamento ambiental simplificado, conforme diretrizes estabelecidas pela Gerência de Controle de Exploração Florestal e Intervenção Ambiental, e de atividades relacionadas a declaração de consumo de florestas de produção;*

*...*

*Art. 42...*

*...*

*Parágrafo único – Compete ao Supervisor Regional do IEF, na sua área de abrangência:*

*I – decidir sobre os requerimentos de autorização para intervenção ambiental vinculados a empreendimentos e atividades não passíveis de licenciamento ambiental ou ambiental simplificado, no âmbito de sua circunscrição, ressalvadas as competências do Copam, ou localizados em unidades de conservação de proteção integral inscricas em seu conselho consultivo, quando houver; e em RPPNs por ele reconhecidas;*

*...*

O Analista Ambiental Vistoriante foi desfavorável à intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa em 0,0951 ha com a finalidade de mineração para extração de minérios, pelos motivos expostos no parecer.

## Conclusão

Face ao acima exposto, opinamos pelo INDEFERIMENTO da intervenção requerida, por inconsistências técnicas e legais.

A competência para a decisão é do Supervisor Regional do IEF, conforme Decreto Estadual 47.344/18.

## 7. CONCLUSÃO

Por fim, sugerimos o INDEFERIMENTO da solicitação para intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa em 0,0951 ha com a finalidade de mineração de minérios, pelos motivos expostos nesse parecer.

## 8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Não se aplica.

### 8.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes: [se for o caso de áreas já autorizadas]

Não se aplica.

## 9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

Não se aplica.

## 10. CONDICIONANTES

Não se aplica.

## INSTÂNCIA DECISÓRIA

☐ COPAM / URC ☒ SUPERVISÃO REGIONAL

### RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

**Nome:** Anderson Alvarenga Rezende

**MA SP:** 1244952-6

### RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

**Nome:** Rodrigo Mesquita Costa

**MA SP:** 1.221.221-3



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Mesquita Costa**, Servidor, em 24/03/2021, às 09:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Alvarenga Rezende, Servidor**, em 24/03/2021, às 10:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **27138484** e o código CRC **387CD4FA**.